

O LULISMO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO CARISMÁTICA

Carlos E. Sell¹

Resumo

Com base na sociologia da dominação carismática de Max Weber, o objetivo do artigo é compreender o caráter multidimensional do lulismo como (a) *liderança*, (b) *movimento* e (c) *regime*. Na *arena eleitoral*, o lulismo configura-se como uma forma de liderança carismática de massas que simboliza a possibilidade de superação das carências materiais da população. Enquanto na *arena intrapartidária*, além de uma forma de liderança organizacional que fornece coesão e identidade coletiva à organização partidária, o lulismo também confere ao PT (Partido dos Trabalhadores), ao lado de seu perfil burocrático, características de partido carismático e de partido movimento. Na *arena estatal*, o lulismo erigiu um regime que foi carismático-paternalista quanto ao modo de exercício das presidências de Lula (2003–2010) e, em afinidade eletiva com ele, um regime patrimonialista na gestão das políticas econômico-sociais e na construção de arranjos de governabilidade.

Palavras Chaves: Lula; Lulismo; Petismo; Carisma; Partido dos Trabalhadores.

I. Introdução

Entender a natureza e a evolução do lulismo requer abordagens plurais que, além de contemplar suas múltiplas etapas, níveis e aspectos, possibilitem, acima de tudo, uma compreensão teórica diversificada, enriquecendo o debate. Atualmente, por exemplo, reconhece-se que o lulismo não é um fenômeno homogêneo e que ele também tem significados diferentes a depender de qual situação regional é considerada (Valim, 2020). De fato,

¹ Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Sociologia Política. Endereço eletrônico: carlos.sell@ufsc.br. Orcid: 0000-0002-3281-7045. Pesquisa financiada pelo CNPQ (Bolsa de Produtividade em Pesquisa).



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

somente a pluralidade de perspectivas evita a burocratização de programas de pesquisa e permite uma compreensão mais profunda da realidade social e política. Partindo dessa premissa, este artigo percorre uma direção teórica distinta do paradigma dominante e visa compreender o conjunto da trajetória da formação e do desenvolvimento do lulismo como uma modalidade de dominação carismática. Embora a perspectiva aqui proposta não negue a tradição hegemônica de pesquisa, argumenta-se que a sociologia política de Weber oferece um marco teórico que, partindo da dimensão microssubjetiva da *liderança* carismática, permite compreender o lulismo também como *movimento* e como *regime* do mesmo tipo. O que se pretende é oferecer uma perspectiva diferenciada que privilegie o conceito de carisma, permitindo-nos evidenciar outros elementos desse fenômeno tão vital da história política do Brasil contemporâneo. Em outras palavras: como se apresenta o lulismo se adotarmos a ótica da sociologia política de Max Weber?

O percurso deste artigo é o seguinte. Após apresentar e destacar algumas das lacunas do paradigma dominante de compreensão do lulismo, na seção 2, apresenta-se uma leitura atualizada da sociologia da dominação carismática de Max Weber. Esse aporte será utilizado na seção 3 para sugerir subsídios teórico-analíticos à compreensão do lulismo como uma forma política histórico-concreta ou determinada de dominação carismática. No entanto, longe de uma compreensão monolítica e principalmente personalista do lulismo, pretende-se demonstrar que essa terceira forma de dominação de Weber lida com o tema em chave estrutural e viabiliza a compreensão desse fenômeno carismático na sua tríplice dimensão de liderança, movimento e regime. O artigo também argumenta que o fundamento carismático do lulismo reside nas arenas eleitoral (liderança) e partidária (movimento) e que sua institucionalização como regime de governo é um fenômeno contingente, ainda que deles derivado. De acordo com essa perspectiva, o lulismo, enquanto fenômeno carismático, representa muito mais um fenômeno político-cultural, de caráter societário, do que um modelo de gestão do Estado.

Ao contemplar um longo período histórico (1978–2010), mas que não inclui a terceira gestão de Lula (iniciada em 2023), a investigação está

ciente de seu caráter ainda exploratório e tentativo e visa tão somente a apresentar os traços globais de um novo esquema interpretativo, ainda sujeito a futuras revisões e desdobramentos. Naturalmente, o recorte cronológico adotado fragiliza a análise por desconsiderar todo o período subsequente aos governos presididos por Luiz Inácio Lula da Silva. Com efeito, seria importante considerar as vicissitudes da relação carismática ao longo do período de crise do governo Dilma, a prisão de Lula e seu retorno à cena política em uma sociedade profundamente fraturada em torno de sua imagem como “líder”. Mas este é um trabalho complexo que já está em andamento e mesmo a reflexão aqui proposta ainda se encontra em seus estágios iniciais. O texto fundamenta suas hipóteses com base na literatura secundária², entendida como conjunto de resultados consolidados de pesquisa, a serem relidas a partir do marco teórico aqui proposto. O objetivo é lançar as bases para uma caracterização *idiográfica* dessa versão historicamente determinada de manifestação carismática.

2. O dilema teórico: classe ou carisma?

O modelo teórico dominante de compreensão do lulismo entende esse fenômeno a partir da configuração de classes da sociedade brasileira. Após examinar alguns problemas dessa abordagem de fundo materialista, na medida em que parte das bases econômico-sociais para entender o lulismo como forma política de bonapartismo (Boito Jr., 2013), demonstra-se como a sociologia política de Max Weber, ao inverter o ângulo da análise (do vértice para a base), permite uma compreensão multidimensional de sua morfologia política.

2.1 Bonapartismo como subproduto do vazio de classes: limites

O lulismo, categoria analítica que tem como seu principal formulador André Singer (2012), concentra-se em explicar como: (1) as bases eleitorais subproletárias dos governos de Lula (dimensão social) condicionam, (2) a orientação política redistributiva de suas políticas governamentais

2 E, quando possível ou necessário, remete a fontes documentais.

(dimensão estatal). Por essa razão, a orientação reformista do *lulismo* (aparência) estaria em contradição com a natureza intrinsecamente classista do *petismo* (essência). À luz dos fatores acima, o lulismo representa uma forma de reformismo fraco, ao priorizar questões sociais sem romper com a ordem estabelecida.

Existem divergências importantes entre os partidários dessa discussão (Lüchmann; Romão; Borba, 2018; Perruso, 2020; Burity 2021; Moreira, 2023) e suas diferenças não devem ser menosprezadas. Mas, em regra, é a proposta de Singer que constitui o principal marco analítico, que opera como referência paradigmática do que se entende por lulismo. Sem deixar de reconhecer seus inegáveis méritos, entre eles uma sólida fundamentação empírica, os principais limites da interpretação dominante sobre o lulismo advêm do caráter econômico-estruturalista de seu esquema interpretativo, problema que se desdobra em três elementos.

O primeiro é de *ordem epistemológico-normativa* e diz respeito à oposição *petismo* (ruptura) *versus* *lulismo* (ordem), disjuntiva na qual não é difícil vislumbrar o caráter prescritivo do primeiro, alternativa frente à qual o segundo representa uma forma de desvio. Essa interpretação apoia-se em uma concepção teleológica da luta de classes entendida como tendência inerente às sociedades capitalistas, fator que a estrutura social brasileira e a base social subproletária do lulismo estariam por inibir³: ao bloquear o caminho da revolução, resta-lhe tão somente o reformismo fraco. O segundo aspecto é de teor *metodológico* e diz respeito às premissas economicistas dessa abordagem. De acordo com esse viés o alinhamento eleitoral das bases subproletárias com o lulismo é considerado um efeito das políticas redistributivas da gestão de Lula como Presidente da República. Essa escolha conduz a uma subdeterminação do político, pois o reconhecimento carismático de Lula junto aos setores populares, compreendido como alinhamento eleitoral, emerge como se fosse praticamente reflexo causal direto e imediato da satisfação de suas necessidades materiais, restando quase ignorados os fatores simbólicos que perpassam esse processo (para uma crítica incisiva dessa concepção, ver Rennó e Silva, 2014).

3 Nesse sentido, a teoria bonapartista do lulismo retoma a linhagem das teorias do populismo no Brasil (Ricci; Izumi; Moreira, 2021).

O terceiro limite é de ordem *temporal* e diz respeito ao alcance histórico do lulismo enquanto objeto da investigação. Ele incide, portanto, sobre o conteúdo do fenômeno. Ocorre que, interpretado como alinhamento eleitoral decorrente de políticas públicas redistributivas, o lulismo é percebido como um fenômeno recente que se inicia, em contraposição ao petismo, com o governo Lula (2002–2004). No entanto, se não desvincularmos o lulismo de seu principal protagonista (Lula) e de seu partido, há que se reconhecer que o fenômeno, além de multidimensional, é anterior ao governo. Isso impõe a tarefa de investigar sua gênese, seu desenvolvimento e suas transformações ainda antes de ele chegar ao comando do Estado.

Como bem observou Domingues (2013), o paradigma dominante de explicação do lulismo necessita de um conceito mais robusto de cesarismo, já que ele apresenta muito mais do que uma forma de representação de classes sociais incapazes de auto-organização. Isso não quer dizer que na literatura que trata do lulismo explicações que conferem maior centralidade ao político e mesmo à dimensão do carisma sejam simplesmente inexistentes. Tales Ab’Sáber (2011), por exemplo, mesclando marxismo, psicanálise e semiótica, além de lamentar o caráter cultural mercantilizado (ou *pop*) do lulismo, argumenta que o carisma de Lula se desdobra em três faces, a depender de seu direcionamento para as classes populares, para as elites econômicas ou para as elites técnico-modernizantes. Martins (2016), desta feita em chave cultural, demonstra também que o carisma lulista possui sólidas raízes no messianismo brasileiro. No entanto, para esses autores, o carisma é apenas *um* elemento do lulismo e não o fator decisivo que o define, hipótese central deste trabalho. Antes de chegar a essa hipótese, contudo, é necessário passar ao conceito de dominação carismática.

2.2 Cesarismo como dominação carismática: contribuições

Max Weber refletiu sobre o fenômeno do bonapartismo, tal como Marx, mas em sua versão alemã: o cesarismo (Rehmann, 2014). E, ao invés de abordá-lo a partir de sua base material, ele o compreendeu como um fenômeno político-carismático. Trata-se de um de seus mais importantes legados para o conjunto das ciências sociais; entretanto, reduzido meramente à ideia do gênio político, o potencial analítico-explicativo do tipo ideal de *dominação* carismática acaba banalizado e empobrecido.

Para superar leituras psicologizantes do carisma, Rainer Lepsius (1993) e Christoph Hatscher (2000) mostraram que é necessário considerar suas múltiplas dimensões.

A primeira delas é *simbólica* e diz respeito à questão da legitimidade. Trata-se daquele conjunto de representações que conferem ao poder carismático um fundamento normativo distinto do caráter cotidiano dos poderes tradicional e legal. Além do seu caráter pessoal, a legitimidade carismática funda-se sobre a ideia de uma *missão* de ordem superior (*extraordinária*) que o coloca acima de qualquer ordenamento político-social vigente. Ao lado dela, a dominação carismática também contém uma dimensão *estrutural* que se desdobra em três níveis.

O primeiro deles é *microsociológico* e nele o carisma é definido por Weber como:

uma qualidade pessoal considerada extracotidiana [...] em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos, ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “líder” (Weber, 2013, III, § 10, p. 490–491).

Weber faz questão de acentuar que as qualidades dos líderes não representam uma realidade objetivamente dada, já que sua efetividade depende de como ela é avaliada subjetivamente pelos adeptos: a liderança carismática é, pois, um fenômeno bilateral. Esse aspecto subjetivo resulta na necessidade da *legitimação* do líder por parte dos dominados (Weber, 20103, § 10, p. 492). Por essa mesma razão, a liderança carismática possui ainda um caráter utilitário-instrumental, pois todo carisma requer uma *comprovação* que advém da capacidade de proporcionar bem-estar aos dominados (Weber, 2013, § 10, p. 492).

Dito isso, podemos passar ao plano *mesossociológico*, no qual o movimento carismático pode ser entendido como uma *comunidade emocional* estratificada (Weber, 2013, § 10, p. 493), pois ela compreende um “círculo interno” composto pelos escolhidos e por um amplo “círculo externo” composto pelas massas em geral.

Por fim, em nível *macro sociológico*, a dominação carismática é de caráter extracotidiano — poderíamos também dizer antissistêmico. Ela não é

portadora de uma lógica racional-instrumental de custos/benefícios, mas, sim, de uma lógica política orientada para uma missão. Disso resulta que todo carisma possui uma dimensão utópica que o coloca em tensão com a realidade existente, razão pela qual ele é “a força revolucionária da história” (Weber, 2013, § 10, p. 493).

A *recepção* e o *desenvolvimento* da teoria do carisma têm seguido uma trajetória desigual, adotando ora uma ênfase maior na dimensão subjetiva, ora um maior acento na dimensão estrutural. Não é o caso aqui de realizar uma revisão dessa vasta literatura (Schweitzer, 1974; Burke; Brinkerhoff, 1981), mas apenas de chamar a atenção para alguns desdobramentos importantes para os propósitos desta investigação.

Boa parte dos estudos sobre a *charismatic leadership* aproximou-se da psicologia social ou do estudo das organizações, área na qual surgiu o importante conceito de “liderança transformacional” (Gomes; Cruz, 2007). Partindo desse enfoque, Gast (2008a), ao considerar as características do líder e sua relação com os liderados, bem como fatores organizacionais e contextuais, apresenta quatro tipos de líderes carismáticos: (1) o idealizado, (2) o visionário, (3) o romantizado e (4) o personalizado.

Existem também estudos que se voltaram para o lado estrutural-objetivo do fenômeno carismático e que buscaram elaborar, a partir dele, uma teoria weberiana dos movimentos e regimes totalitários (Cavalli, 1981; Breuer, 1992; Bach; Breuer, 2010). Dentre os trabalhos mais relevantes dessa linha, cabe citar *O modelo carismático de dominação e sua utilização para a compreensão da ditadura de Hitler*, de Mario Rainer Lepsius (1993). Para ele, uma vez no exercício do poder estatal, movimentos carismáticos são obrigados a adequar-se à ordem burocrática e à sua racionalidade formal, restando-lhes erigir, ao lado dela, organismos que obedecem à sua racionalidade carismática. O que Lepsius propõe, na verdade, é uma teoria dual do Estado, fórmula que aponta para a coexistência antagônica entre o princípio carismático (pessoal) e o princípio burocrático (estrutural) nos movimentos carismáticos que alcançam a esfera do poder governamental.

Embora tais trabalhos necessitem ser revistos e atualizados para o entendimento da dominação carismática em contextos democráticos (Laureano,

2020), eles ainda oferecem diretrizes teóricas essenciais. Doravante, essa tarefa consiste em entender o fenômeno na atualidade.

3. As dimensões carismáticas do lulismo

Tomando como referência o tipo ideal weberiano de dominação carismática em seu aspecto estrutural, tal como apresentado acima, passo a desenvolver uma análise multidimensional do lulismo enquanto liderança (dimensão micro), movimento (dimensão meso) e regime (dimensão macro).

3.1 O lulismo como liderança de massas

O fenômeno carismático não se resume à liderança, mas é inegável que ele tem na *persona* do líder seu ponto fulcral: é ele que, em círculos concêntricos, está no centro de movimentos e regimes carismáticos. A pergunta pela caracterização ideal típica de Lula como dirigente político, longe de representar a personalização do fenômeno, é inescapável. No entanto, esse fenômeno não deve ser essencializado como se derivasse das qualidades intrínsecas do *líder*, uma vez que se trata da *liderança* — e esta é sempre bilateral e relacional. No caso do lulismo, essa relação assenta-se no mecanismo da idealização (Gast, 2007; 2008a; 2008b). Trata-se de um tipo de liderança que se caracteriza por encarnar, via projeção do eu não realizado, as necessidades dos liderados. Ele emerge como um substituto compensatório, pois os desejos não realizados são projetados em uma figura ideal com a qual os indivíduos identificam-se.

Ao aplicar esse modelo a Lula, temos que considerar, em chave sociológica, as significativas transformações que sua imagem pública sofreu entre uma primeira fase (1982 a 1994) e a fase posterior (1998 a 2002), quando ele finalmente eleito e reeleito como Presidente da República. Enquanto no primeiro período Lula era apresentado como um *líder operário-sindical* que representava os interesses da classe trabalhadora contra os patrões, no período histórico seguinte ele começa a ser apresentado, em termos mais elásticos, como líder popular, ou de maneira ainda mais geral, como *Filho do Brasil*. A mudança teve como principal objetivo diminuir resistências e ampliar o raio de alcance eleitoral de Lula para além do nicho tradicional

da esquerda sindical-operária (Gomes, 2007; Rubim, 2003; Penteado, 2005; Rubim; Colling, 2005; Pimentel Jr., 2010; Dias, 2013; Bulhões, 2019).

Tomando de empréstimos alguns conceitos de Talcott Parsons, essa mudança pode ser caracterizada sociologicamente como a passagem de um perfil *particular-específico* (Lula representa a classe) para um perfil *universalista-difuso* (Lula representa a maioria dos brasileiros). Dessa forma, deixa-se para trás o paradigma *coletivo-expressivo* (*collectivity-orientation*) do período anterior (Lula = expressão do partido = expressão da classe), para adotar-se o paradigma *individual-expressivo* (*self-orientation*), no qual a biografia de Lula expressa simbolicamente a possibilidade de superação da condição da carência material experimentada por cada indivíduo em particular. É importante observar também que o processo de identificação carismática do lulismo deixa de basear-se na necessidade de reconhecer uma identidade *atribuída* (*ascription*), sendo dada de antemão (operário), para tornar-se uma identificação baseada na percepção do *desempenho* (*achievement*) de Lula como líder político eficaz⁴. É somente por meio desse processo de abstração de sua imagem que o lulismo — enquanto tipo de liderança carismática — pôde transitar do perfil *excludente*-conflitivo que tinha no início para assumir, paulatinamente, um perfil *inclusivo*-conciliador.

Apesar de importante, essa mudança de imagem não deve obscurecer o fato de que o fundamento da identificação carismática das massas para com Lula permaneceu a mesma. Nesse ponto, há que se concordar com Tales Ab’Sáber (2011) quanto ao fato de que ela se enraíza, em última instância, na carência material e na necessidade de superação da pobreza e das desigualdades sociais que o antigo “líder operário”, transmutado agora em “líder popular/Filho do Brasil”, sempre encarnou. Mesmo assim, não se pode deixar em plano secundário como esse elemento é compreendido e configurado em suas mediações simbólicas. Concorrem para esse processo de identificação não apenas sua trajetória individual de migrante nordestino para São Paulo (saga de superação social), mas também sua trajetória

4 Para realizar essa da de imagem de Lula, servi-me, com algumas adaptações, das famosas de Parsons (1991, p. 58–68).

política em favor dos interesses materiais das camadas populares (saga de luta política).

Outro dado importante a ser considerado como fundamento dessa relação carismática é a dimensão de *crença* subjetiva das massas e dos requisitos histórico-culturais para uma figura assumir o papel de líder entre elas. Para tanto, há que considerar a “formação patriarcal” da sociedade brasileira. Lula, o “filho do Brasil”, apresenta-se à sociedade brasileira, especialmente aos setores negativamente privilegiados, como uma espécie de “pai” simbólico. Como mostra Valle (2020), com base em Gilberto Freyre, trata-se de uma subjetividade coletiva forjada desde o processo de formação da sociedade nacional, aí incluídas as condições da escravidão, predispondo os indivíduos para o patriarcalismo.

Em suma: o que fundamenta essa identificação bilateral líder-massa é, de um lado, na sua dimensão latente (requisito histórico-cultural), uma cultura patriarcal que demanda um pai simbólico e, na sua dimensão manifesta (construída politicamente), a imagem de um líder político oriundo do mesmo universo de experiência de lutas das camadas populares e, justamente, por isso, seria o único capaz de modificar suas condições de vida.

3.2 O lulismo como liderança intrapartidária

Ao adotar a distinção entre *petismo* e *lulismo*, o estudo de Singer demonstra que se tratam de fenômenos *distintos*, cujo peso relativo, em favor do segundo, inverteu-se no episódio conhecido como mensalão (em 2005). A tese do descolamento do lulismo em relação ao petismo é tomada aqui como ponto de partida para indagar como essa autonomização incide retroativamente sobre o petismo. Com efeito, ainda que as bases sócio-eleitorais do lulismo e do petismo sejam distintas (Samuels; Zucco, 2014), isso não significa que o lulismo e o petismo passam a operar como fenômenos paralelos e excludentes, deixando sem explicação qual seria a nova dinâmica de fluxos e intercâmbios que existem entre eles. Conforme a proposta aqui defendida, o fortalecimento do lulismo representa: (a) uma forma de liderança carismática no interior do Partido dos Trabalhadores (PT), (b) conferindo traços de movimento a essa organização partidária. Para avançar na formulação dessa hipótese, é necessário distinguir entre

o lulismo na sua dimensão eleitoral de massas e o lulismo entendido enquanto liderança carismática na organização partidária que, longe de estar imune a isso, passa a estar imbuída da dinâmica carismática de movimento. Em consequência, o foco da análise precisa deslocar-se da relação entre *líder-massas*, examinada anteriormente, para o entendimento da relação entre *líder-partido*. Doravante essas são as duas tarefas centrais da análise.

Para viabilizar esta linha de investigação, pode-se partir de uma releitura dos estudos sobre a história do PT. A primeira onda de pesquisas sobre esse assunto, seguindo a tipologia de Maurice Duverger (1970), concentrou-se na gênese dessa agremiação e, com base nos setores que se aglutinaram em sua fundação, destacou o caráter excepcional do PT como um partido surgido das bases (Gadotti; Pereira, 1989; Meneguello, 1989; Keck, 2010). A segunda onda procurou explicar o crescimento e a chegada do PT ao poder como um processo de moderação ideológica, bem como de centralização e de acomodação ao sistema político, ou seja, como um afastamento de sua natureza original (Amaral, 2010). Sob a ótica organizacional, a causa desse processo, seguindo de perto a inspiração weberiana de Robert Michels (1982), foi, ainda que com diferentes nuances teóricas, atribuída ao processo de burocratização do partido.

No entanto, tomando-se a sociologia dos partidos de Max Weber de maneira mais consistente, verifica-se que ela é mais complexa que o modelo teleológico-linear de Michels. Para Weber, carisma e burocracia não representam *entidades* empiricamente delimitadas (base-liderança), mas, sim, tipos ideais que indicam *processos* sociais que são analiticamente diferentes e que podem estar concretamente entrelaçados. Eles também não são pensados como princípios excludentes que se sucedem no tempo, mas fenômenos que se mesclam em diferentes graus e modalidades.

Para entender como ocorre o entrelaçamento de elementos carismáticos nas organizações partidárias vou seguir duas pistas da teoria política contemporânea. A primeira, inspirada em Panebianco (1990), ressalta a dimensão individual do elemento carismático, já que para ele um partido é carismático quando existe uma “compenetração entre o líder e a identidade organizativa do partido” (1990, p. 271). Mas ao lado desse elemento, sigo também a sugestão de Merquior (1990), que mostra que, embora

o próprio Max Weber não tenha feito isso, pode-se deduzir da tipologia weberiana um modelo híbrido: a burocracia carismática. Um exemplo histórico de uma burocracia desse tipo são os partidos de tipo leninista, pois ao mesmo tempo em que eles são solidamente organizados, eles compartilham de uma devoção fervorosa a uma causa (idem, p. 139). A contribuição de Merquior ressalta melhor a dimensão organizacional de um partido burocrático-carismático. Com base nessas referências, temos uma chave analítica para entender o papel do lulismo no PT, seja enquanto modalidade de liderança individual (carisma) na organização (burocracia), seja enquanto elemento que confere uma natureza própria a esta organização partidária.

a) Partido carismático

Nas análises que realizou em *Política como profissão* (Weber, 1992), Weber argumentou que a tendência burocrática e centralizadora dos partidos pode favorecer o processo de carismatização da liderança partidária. Como já afirmei acima, para demonstrar como esse processo ocorreu no PT, complementarei essa tese com as análises de Panebianco (1990) a respeito do condicionamento do modelo originário de um partido sobre seu processo de institucionalização.

Já se destacou que o processo de gênese do PT foi compreendido pela maior parte da literatura a partir dos seus segmentos originários (Secco, 2011). Contudo, tais análises, poderiam ser complementadas com a reflexão sobre um fator que também possui um papel e um peso causais singulares e decisivos em sua origem: a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva. Em função do peso decisivo de seu líder fundador, o PT pode ser considerado, ainda que parcialmente, como um *partido carismático*, ou seja, no qual existe uma relação entre a pessoa do líder e a identidade da organização (Panebianco, 1990, p. 74).

O PT não surgiu como um partido carismático puro no qual a organização existe apenas para viabilizar a vontade do líder⁵. Na medida em

5 Mesmo assim, não deixa de ser a seguinte frase que encontramos em um dos principais historiadores do partido (Secco, 2011, p. 66): "o do PT era sindicalista. Nas paredes, seu nome era sempre pichado em : LULA".

que ele foi formado por segmentos independentes que, posteriormente, organizaram-se internamente como facções, podemos dizer que estamos diante do caso de um partido no qual, apesar da existência de um líder carismático, a coalizão dominante nunca foi plenamente coesa (Panebianco, 1990, p. 92). Em função disso, o lulismo assumiu no *âmbito interno* do partido um importante papel de *integração grupal* e operou como elemento catalisador da diversidade, permitindo que as diferentes lógicas políticas de seus segmentos originários (teologia da libertação, novo sindicalismo, egressos de grupos revolucionários, etc.) encontrassem um ponto de convergência e unidade⁶.

Ao contrário do que preconiza o modelo de Panebianco, o processo de institucionalização do PT não levou à eliminação desse fator carismático, mas à sua transformação. Uma das hipóteses para explicar esse fenômeno é que o esvaziamento do poder das bases partidárias, decorrente das mudanças estatutárias aprovadas em 2001, representou algo que foi além de uma direção política mais oligarquizada (Ribeiro, 2008). Como vimos acima, a partir de Weber, oligarquização e carismatização não são necessariamente excludentes. Ocorre que, com a transformação das facções em tendências e o poder assumido pelo grupo *Articulação/Campo Majoritário* (de Lula), o PT assumiu um novo perfil e tornou-se um partido com uma coalizão interna mais homogênea. Em termos weberianos, vale dizer que tal mudança criou as condições para o reforço do processo de carismatização da liderança partidária. Mais do que um fator de coesão de frações internas, relativamente independentes e concorrentes, o lulismo pôde assumir a condução hegemônica do partido.

Esse dado ajuda a entender a *função* que o lulismo, enquanto forma de liderança carismática, sempre exerceu ao longo da história de gênese e institucionalização do PT como organização. Mas o que ainda fica por explicar é o *modus operandi* pelo qual, concretamente, essa função foi desempenhada. Como uma primeira forma de aproximação a esse tema, podemos pensar o papel do lulismo no seio do partido como *liderança visionária*

6 Lincoln Secco (2011, p. 79), ao comentar os diversos conflitos internos do partido que existiam nos estados onde estava presente, observa que “naqueles anos iniciais, os petistas de estados do Brasil exigiam a presença de Lula, que viajou por todo o para fazer e falar em”.

(Gast, 2007; 2008a; 2008b). Esse tipo de liderança normalmente emerge em situações de crise, quando logra conferir sentido à realidade, estabelecer novas metas para a organização e, dessa forma, também conferir motivação aos membros. Ao retornar à história do PT, pode-se perceber que Lula assume o papel de líder visionário nos dois momentos chave da trajetória do partido.

No primeiro momento-chave, de gênese, a visão que estabeleceu o papel de liderança do lulismo no surgimento do PT resultou da percepção pragmática: a luta pelos interesses imediatos dos trabalhadores precisava transitar da representação sindical para o estágio da representação político-partidária⁷. Três derrotas eleitorais seguidas (1989, 1994 e 1998), entre outros fatores, estabeleceram a necessidade de uma nova percepção da realidade e criaram as condições propícias para uma redefinição das metas da organização. No segundo momento da história do PT, a racionalidade pragmática de Lula (e de sua tendência dentro do partido, analisável a partir do binômio weberiano líder-séquito⁸), foi novamente decisiva para o estabelecimento de uma nova visão: a de que o partido precisava superar sua condição de partido exclusivo de classe, com tendências antissistêmicas, para assumir plenamente a condição de um partido eleitoral (*catch-all*) integrado à economia de mercado e à democracia representativa. Foi essa visão que a “Carta ao povo brasileiro” (2002) consolidou (Barros, 2022).

b) Partido movimento

Pela ótica de Weber, organizações sociais tendem a se estruturar a partir da combinação entre dois tipos de relações: a) relações societárias (*Vergesellschaftung*), fundadas na união de interesses; e b) relações comunitárias (*Vergemeinschaftung*), baseadas no sentimento subjetivo de pertencimento dos participantes – afetiva ou tradicionalmente – ao mesmo grupo⁹. Assim, nada impede que uma organização hierárquica e formalizada nos moldes de uma burocracia seja, ao mesmo tempo, perpassada por uma

7 Esse processo é descrito na biografia escrita por Moraes (2022, p. 709–722).

8 Isso porque não foi apenas Lula, isoladamente, o responsável por essa mudança. Trata-se do e de seu (Weber, 2013), dentre os quais se destaca, como um de seus principais arquitetos, Dirceu.

9 Nos termos de Weber (2013, p. 30): a grande maioria das sociais, , tem , em parte, e, em parte, associativo.

lógica carismática (Lichtblau, 2000). Ao designar essa lógica carismática como movimento, não devemos remeter o termo às ações mobilizatórias da sociedade civil. Nos moldes da sociologia weberiana contemporânea (ver Bach e Breuer, 2010), o termo “movimento” indica o fato de que o vínculo dos membros com a organização não é fundado na lógica dos interesses, mas em vínculos emocionais-comunitários que resultam da sua adesão a metas que transcendem os seus fins imediatos. Não é, pois, do tipo de estrutura que se trata, mas de sua dinâmica. Como diria Merquior (1990), é na medida em que existe a “devoção fervorosa a uma causa” que temos uma organização burocrática igualmente carismática ou, nos termos aqui propostos, que possui também uma dinâmica de movimento. Vejamos como isso se aplica ao caso do PT.

Embora oficialmente o partido tenha-se definido desde os seus inícios como uma agremiação de orientação socialista-democrática (ideologia manifesta), pode-se dizer que é o lulismo que desempenhou, de fato, a função de alimentar a lealdade organizativa dos membros do partido (Panebianco, 1990). É o lulismo, aqui entendido como ideologia latente, que permitiu aos membros da organização partidária desenvolver um sentimento subjetivo de pertencer ao mesmo grupo, nos termos de concepção weberiana de comunidade. Com o colapso da União Soviética e a crise do ideário socialista (1989–1991), esse função adquiriu maior centralidade.

Entender o lulismo como ideologia ou imaginário permite-nos também relacioná-lo ao messianismo religioso da cultura brasileira (Araújo Gomes, 2020, p. 79-94). Na visão de Weber (1991), o messianismo carrega em si uma teodiceia do sofrimento que postula a necessidade de um profeta cuja missão histórica é resgatar o povo oprimido da sua condição subordinada. O acoplamento desse fundo cultural messiânico com a racionalidade político-ideológica do socialismo e com a lógica pragmática do novo sindicalismo teve como seu elemento de mediação a matriz discursiva da teologia da libertação (Martins, 2002; 2016). Nesses termos, enquanto imaginário, o lulismo representa o ponto de conexão entre o messianismo cultural, por um lado, e as ideologias das facções internas do PT, por outro lado: ambos têm nele o seu veículo de realização. Ao condensar essas duas visões, o lulismo pode ser representado como um princípio simbólico de

legitimação carismática, no qual se constrói uma teodiceia messiânica que atribui ao líder uma missão histórica de condução coletiva rumo à redenção material (cf. Pavez, 2023, p. 327-362).

Ora, um partido aproxima-se do tipo movimento não apenas pelo fato de que suas bases sociais provêm da sociedade civil, mas, sim, pelo fato de que ele se concebe como portador de uma missão histórica de transformação da ordem existente (Pappas, 2012). Trata-se do carisma como princípio de legitimação. Em consequência disso, é na medida em que o imaginário lulista, enquanto ideologia latente, é amplamente compartilhado pelos membros do PT, conferindo-lhe o sentido de uma missão histórica (carisma) que visa a transformar a ordem vigente, que essa organização se reveste, sem prejuízo de sua sólida estrutura burocrática, dos traços típico-ideais de um partido-movimento.

3.3 O lulismo como regime de governo

O lulismo não se restringe aos dois primeiros governos de Lula (2002–2010). Ainda assim, sua chegada ao aparelho do Estado implicou uma reconfiguração de seu perfil e de seu caráter: ao se transformar em regime, passou a redimensionar seus demais aspectos. Na abordagem weberiana, a incorporação de movimentos políticos à esfera estatal tende a desembocar em regimes policráticos, nos quais se combinam, em diferentes graus, a lógica carismática e a rotina da administração. O desafio está, justamente, em captar as formas concretas assumidas por essas combinações.

Explicar essa hibridez institucional exige o recurso a tipos ideais mistos; assim, a proposta deste trabalho é esboçar esquematicamente as linhas para uma caracterização ideal típica do lulismo *in power* como um regime marcado pela coexistência desigual de duas formas políticas mutuamente imbricadas: carisma e patrimonialismo¹⁰. A premissa da qual se parte é que existe uma afinidade eletiva entre ambos, ou seja, lideranças e regimes carismáticos podem favorecer, entre outros modelos, formas patrimoniais de gestão estatal. O conceito é empregado aqui no sentido que lhe é dado por Raymundo Faoro (2021), a partir de uma adaptação da sociologia

¹⁰ O significado do conceito de patrimonialismo na obra de Weber é discutido por Sell (2017). Sua no Brasil é descrita por Werneck Vianna (1999).

weberiana: trata-se uma forma de dominação organizada em torno do arbítrio pessoal do governante (dimensão da liderança governamental), na qual parcelas da burocracia são controladas e instrumentalizadas em função de interesses corporativos de segmentos do próprio aparelho estatal (estamento burocrático), em aliança com grupos sociais (estamentos sociais) cujas redes penetram o interior do Estado (dimensão da governabilidade e da governança). Essa hipótese será desenvolvida em dois planos analíticos, focando o primeiro na dimensão pessoal (liderança) e o segundo na dimensão estrutural (modelo de gestão e arranjos de governabilidade) dos governos Lula.

3.4 Liderança governamental carismático-paternalista

Em sua face pessoal-carismática, o lulismo caracterizou-se como: (a) uma *forma* de exercício personalizado da Presidência da República, (b) no qual o resultado das políticas econômico-sociais adotadas teve como efeito a confirmação de sua missão carismática. Dessa maneira, o lulismo (c) assume, quanto a seu *conteúdo*, o perfil carismático patrimonialista de “pai do povo”. Expliquemos cada um destes pontos com mais vagar.

Sob o prisma da liderança, não foi necessário que o lulismo forjas-se uma instância objetiva de direção carismática do Estado, pois o regime presidencial brasileiro já constitui por si uma forma de ordenamento político-institucional no qual o desempenho carismático do Presidente da República — medido em termos de sua popularidade — é essencial para a manutenção das condições de governabilidade. Dessa forma, a análise concentrar-se em compreender como a função presidencial de chefe de governo foi exercida de maneira carismática por Luiz Inácio Lula da Silva durante seus dois primeiros mandatos.

Os governantes carismáticos não fundam seu prestígio na competência técnica e tendem a concentrar seus esforços na comunicação constante com a esfera pública, garantindo assim o apoio político da coalizão no âmbito da sociedade (Gast, 2007; 2008a; 2008b). Por isso, Gast propõe entender esse tipo de governante como *líder personalizado*. Trata-se de um estilo de liderança marcado pela intensidade constante da relação com os governados.

Essencial para o desempenho dessa forma de liderança personalizada é a capacidade de comunicação direta com o público que, no caso do lulismo, continuou a operar com base na estratégia da identificação, ou seja, tendo como substrato o imaginário de Lula como líder idealizado ou líder exemplar de massas. Isso foi viabilizado, em primeiro lugar, pelo uso constante de uma linguagem popular. Metáforas futebolísticas (Mascarenhas; Silva; Santos, 2014) e narrativas de situações cotidianas vividas pelos setores populares foram amplamente exploradas na interação com os *mass media*. Ao lado disso, o lulismo procurou manter, na forma de viagens, inaugurações, caravanas, encontros etc., uma dinâmica constante de interação presencial direta de Lula com militantes, simpatizantes e demais segmentos sociais.

Durante as duas primeiras gestões de Lula como Presidente da República, em um contexto externo favorável marcado pelo *boom* de *commodities*, o Brasil apresentou uma taxa média anual de crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4,1%, o que resultou em um acumulado de 26% no período 2003–2010 (Veloso; Vilela; Giambiagi, 2008). Como resultado desse cenário positivo, a taxa de desemprego caiu de 12% em 2002 para 6,87% em 2015. Em termos sociais, a renda *per capita* brasileira cresceu mais de 40,0%, enquanto a desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini, diminuiu 9,2%. Os estratos de renda também se alteraram de forma significativa: a extrema pobreza recuou de 8,0% para pouco mais de 3,0% da população, e a pobreza recuou de 16,0% para 6,0% (Veloso; Vilela; Giambiagi, 2008).

A melhora dos índices econômicos e a elevação dos níveis de renda e consumo não explicam, por si sós, a liderança governamental carismática do lulismo, constituem variáveis causais que não podem ser ignoradas. Isso se deve ao fato de que o atendimento das necessidades materiais dos dominados constitui condição fundamental para a *comprovação* das qualidades carismáticas de Lula como líder de massas. Mesmo que não sejam as políticas sociais que engendram o lulismo enquanto tipo de liderança, elas foram fundamentais para consolidá-lo e, principalmente, para expandir ainda mais o seu raio de alcance, especialmente entre os estratos de menor renda (Correa, 2015; Rocha, 2018).

Na medida em que sua liderança carismático-governamental se enraizou entre os setores mais precarizados da sociedade, o lulismo criou as condições ideais para assumir uma forma populista. No entanto, se quisesse seguir essa direção, ele teria que ter investido na lógica do confronto do povo contra a elite (Rosanvallon, 2021). Mas não foi o que ocorreu.

Ao invés disso, uma vez na esfera do governo, a liderança de massas de Lula revestiu-se da forma patrimonial de pai do povo. Na acepção de Faoro (2021), na lógica patrimonial o soberano “é o pai do povo [...] empreendendo, em certas circunstâncias, uma política social de bem-estar, para assegurar a adesão das massas” (Faoro, 2021, p. 827). Esse autor continua:

Na base da pirâmide [...] o povo espera, pede e venera, formulando a sua política, expressão primária dos anseios e clamores, a política da salvação. Confundindo as súplicas religiosas com as políticas, o desvalido, o negativamente privilegiado, identificado ao provincialismo do aparelho estatal, com o entusiasmo orgiástico dos supersticiosos, confunde o político com o taumaturgo, que transforme pedras em pães, o pobre no rico (Faoro, 2021, p. 827).

Partindo de Faoro, pode-se afirmar que Lula, como pai do povo, não emergiu, de fato, como herói, governante constitucional e legal e nem mesmo como bom príncipe, mas resta próximo do taumaturgo que transforma pedras em pães. Com efeito, o lulismo moldou uma forma carismático-patrimonial de exercício da liderança governamental.

3.5 Governança e governabilidade patrimonialistas

Ao exercício dessa forma carismático-patrimonial de exercício do poder corresponde um arranjo institucional capaz de concretizá-la no plano das instituições governamentais. Embora não deva ser considerado decorrência direta, o perfil carismático paternalista seria vazio se não se tornasse operativo no plano das políticas públicas. Em chave weberiana, vale dizer que trata-se de fatores entre os quais existe uma afinidade eletiva. Para explicar essa relação de adequação, precisamos tratar do regime instituído pelo lulismo no comando do aparelho estatal que consiste: (a) em um modelo específico de governança econômico-social, e (b) em um modelo determinado de gestão da governabilidade que podem, ambos, ser

explicados à luz do conceito de patrimonialismo¹¹. Trata-se de um conceito que, como mostrou Haddad (2017a; 2017b), ainda que proveniente de outro ambiente epistemológico-normativo, contém evidentes pontos de convergência com a noção de reformismo fraco (da versão padrão da teoria do lulismo) e mesmo com a noção de nacional-desenvolvimentismo (Haddad, 2017a; 2017b; Lisboa, 2017).

No início de seu governo, em 2003, o governo Lula instituiu o programa de transferência de renda “Bolsa Família”, resultante da reorganização de programas criados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás). Segundo as estimativas existentes, esse programa atendeu, durante os dois mandatos de Lula, cerca de 13,8 milhões de famílias (1,4% da população).

Ao lado desse arcabouço social, o governo Lula adotou inicialmente o tripé macroeconômico baseado no regime de câmbio flutuante, nas metas de inflação e no controle fiscal. No entanto, a crise econômica global de 2008 levou à adoção de políticas conjunturais anticíclicas que abriram espaço para uma mudança de orientação econômica. Essa inflexão, posteriormente denominada “Nova Matriz Econômica”, foi efetivamente implementada nos governos de Dilma Rousseff (Teixeira; Pinto, 2012; Fonseca; Arend; Guerrero, 2020).

Essas políticas econômico-sociais se consolidaram ao longo do tempo e construíram a espinha dorsal do modelo governamental da era Lula. Se, por um lado, elas apontam para a eficiência burocrática da gestão petista, indicam também a presença de uma racionalidade substantiva orientada para a satisfação das necessidades materiais dos governados e para a implementação progressiva do capitalismo politicamente orientado, elemento essencial do patrimonialismo entendido enquanto modelo de Estado¹². É

11 Para um mapeamento do uso do conceito de patrimonialismo para entender a atual do Estado no Brasil, veja Campante (2003) e Regatieri (2021).

12 Conforme a de Weber (2013, p. 59): “chamamos racionalidade material [materiale] o grau no qual o abastecimento de bens de determinados grupos de pessoas (como quer que se definam), mediante uma social economicamente orientada, ocorre conforme determinados postulados valorativos — qualquer que seja sua natureza — que constituem o ponto de pelo qual esse estabelecimento é, foi ou poderia ser julgado”.

nesse sentido que podemos falar do lulismo *in power* enquanto um modelo de *governança* patrimonial.

No que concerne a *governabilidade*, os setores mais críticos do lulismo (Tavares, 2000; Rosenfield, 2002; Villa, 2013) sempre temeram que ele assumisse uma lógica populista similar à dos regimes bolivarianos dos países andinos. Mas nem de longe se confirmaram as suspeitas de que o lulismo se transformasse em *culto ao líder* e que a promoção de uma *democracia participativa* fosse utilizada como estratégia de construção de instituições paralelas de controle do Estado por parte dos movimentos sociais (Romão; Montambeault; Loualt, 2020).

Ao invés disso, seguindo sua racionalidade adaptativa, o lulismo evitou a confrontação e acomodou-se paulatinamente ao *modus operandi* de gestão do sistema político (Nobre, 2013). Seu modelo de governabilidade assentou-se em dois pilares. O primeiro deles vem sendo extensamente pesquisado pela ciência política de viés institucionalista e diz respeito ao modo de governar no presidencialismo brasileiro, seja no que diz respeito à gestão de coalizão, seja no que diz respeito às formas de negociação com a arena parlamentar (Guerra, 2019; Couto; Soares; Livramento, 2021). Condizente com as regras do jogo, o regime de governo petista foi ampliando ao longo do tempo seus parceiros na coalizão, controlou a presidência das casas legislativas (Avritzer, 2016) e fez um uso estratégico do controle orçamentário para implementar suas pautas no poder Legislativo (Bertholini; Pereira, 2017).

No entanto, ao lado desse sistema visível e, em parte como decorrência das formas de negociação típicas do presidencialismo de coalizão, desenvolveu-se uma face invisível do lulismo. Nela, o lulismo acabou por ampliar, tanto em extensão quanto em significado, um conjunto de práticas e esquemas já embrionariamente existentes nos governos anteriores. Essa face oculta tornou-se visível com a eclosão de dois escândalos explorados midiaticamente como “crise do mensalão” (2005) e “crise do petrolão” (2014). Tratou-se de esquemas altamente organizados (Valarini; Pohlmann, 2019) que funcionaram a partir de três núcleos (político, operacional e financeiro), o que indica que, mais do que práticas *ad hoc*, constituíam um arranjo relativamente institucionalizado que adquiriu uma lógica sistêmica

e que operava como mecanismo adicional de gestão da governabilidade no interior do aparelho do Estado¹³. Pode-se categorizar sociologicamente esse arranjo como um “sistema informal de anéis patrimoniais”¹⁴ que ligava setores e membros do governo, empresas públicas e privadas e partidos¹⁵ com a finalidade de financiar ilegalmente campanhas eleitorais em troca de vantagens ilícitas para um cartel de empresas. Além do aspecto jurídico da corrupção (Rose-Akermann; Mattos Pimenta, 2020), ao conferir vantagem a uma força política na competição eleitoral, esse esquema afetou um dos princípios basilares do regime poliárquico. Esse arranjo, portanto, consolida outra dimensão essencial do patrimonialismo brasileiro, sua dimensão *estamental*, por meio de estratos burocráticos, políticos e sociais que, alocados no interior do ou em relação com o aparelho governamental, instrumentalizam o Estado em prol de seus interesses privados.

Em resumo, pode-se caracterizar o modelo de governança e de governabilidade do lulismo a partir do conceito faoriano de patrimonialismo em um duplo sentido: a) Quanto a seu modelo de gestão econômico-social, por adotar, paulatinamente, políticas públicas orientadas por uma racionalidade material que criaram as condições para a retomada do capitalismo politicamente orientado¹⁶ ou capitalismo de Estado (Musacchio; Lazzarini, 2014); e b) quanto a seu modelo de governabilidade, por erigir mecanismos corporativos de articulação política do governo com partidos políticos e com grupos empresariais que possibilitaram a inserção e a reprodução desses atores sociais como grupos de interesse (estamentos) incrustados no interior do aparelho do Estado com o objetivo de obter vantagens na competição político-eleitoral.

4. Considerações finais

13 As pesquisas sobre o formato desses esquemas de no Brasil ainda incipientes. Dentre as mais recentes, no do projeto “Crime corporativo e no Brasil”, ver Valarini, Pohlmann e Mitra (2019).

14 A “” foi cunhada por Cardoso (1994) para explicar a entre Estado e grupos privados durante o regime militar.

15 Conforme Weber, no patrimonialismo estamental “o administrador de posse de todos os meios de ou, pelo menos, de parte essencial destes” (WEBER, 2013, p. 479).

16 Embora formulada com categorias de inspiração weberiana, essa aproxima-se da literatura que interpreta os governos Lula-Dilma como uma retomada do Estado nacional-desenvolvimentista (Werneck Vianna, 2011; Rocha, 2014; com mais crítico, entre outros, cf. Sallum Jr.; Goulart, 2016).

O lulismo é um fenômeno complexo empiricamente e longo temporalmente, o que exige atenção para as dimensões que o constituem e as transformações que sofreu ao longo de sua história. Para abarcar teoricamente sua complexidade e amplitude, este artigo propõe, com base na sociologia da dominação de Max Weber, uma diversificação na compreensão teórica do lulismo, sendo analisado de maneira multidimensional, pois, além da dimensão do *regime* (governo), ele precisa ser compreendido também como *liderança* e como *movimento*. O esquema interpretativo aqui proposto —de caráter típico-ideal — não se entende incompatível com o enfoque dominante e procura, antes, redimensionar teoricamente os resultados das discussões já acumuladas até agora.

Com base nesse esquema geral sugere-se, a título de hipóteses de histórico-concreto, que na *arena eleitoral* o lulismo funda-se na identificação entre as aspirações materiais dos indivíduos e um líder idealizado que, dado o seu perfil biográfico, é percebido como capaz de satisfazê-las. Já na *arena partidária*, o lulismo representa o ponto de coesão e de identidade coletiva do partido, razão pela qual assumiu paulatinamente a condição de liderança (coalizão) dominante do PT. Por fim, na *arena governamental*, o lulismo significa, quanto à sua forma, um modo personalizado de exercício da função presidencial e, devido às políticas econômico-sociais que implementou, um perfil carismático-paternalista — pai do povo — quanto a seu conteúdo.

Ao lado dessa dimensão microsubjetiva temos de entender o lulismo também sob a dimensão objetivo-estrutural. Na medida em que o perfil de Lula e seu papel como líder messiânico condensam o imaginário simbólico do PT, viabilizando sua identidade coletiva, ele confere, sem prejuízo do caráter igualmente burocrático do partido, uma lógica carismática que o converte parcialmente em um partido movimento e em um partido personalizado (carismático). Por fim, ao chegar à esfera do governo federal e ao comando do aparelho do Estado, o lulismo, condizente com sua natureza carismática, instituiu formas de governança e de governabilidade de orientação patrimonialista.

Em fórmula sintética, o lulismo pode ser definido como uma forma de dominação carismática que assume configurações diferentes conforme a

arena política (eleitoral, intrapartidária e governamental) na qual ele se manifesta. Contudo, essas dimensões não devem, ser tratadas de maneira isolada e sem se prestar atenção a como, dependendo da conjuntura histórica, elas entrelaçam-se e qual o peso de cada uma. À luz do enfoque weberiano, o fundamento do lulismo enquanto fenômeno carismático reside em sua liderança de massas e na sua liderança intrapartidária. De que maneira, uma vez no poder, sua dinâmica carismática recoloca-se e mescla-se com a lógica inerente ao aparelho do Estado; é um fenômeno contingente que pode alterar-se a depender da conjuntura histórica. Mas é a partir da conjugação desses múltiplos fatores que os desenhos histórico-determinados do lulismo se configuram.

Referências

- AB'SÁBER, T.** *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra, 2011.
- ABRANCHES, S.** *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- AMARAL, O.** *Adaptação e resistência: o PT no governo Lula entre 2003 e 2008*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, v. 4, p. 105-134, 2010.
- ARAÚJO GOMES, A. M.** *Fontes do messianismo milenarista brasileiro*. Revista USP, São Paulo, n. 124, p. 79-94, 2020.
- ARENDT, H.** *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.
- AVRITZER, L.** *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2016.
- BACH, M; BREUER, S.** *Faschismus als Bewegung und Regime: Italien und Deutschland im Vergleich*. Berlin: Springer, 2010.
- BARROS, C. R.** *PT, uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERTHOLINI, F; PEREIRA, C.** Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, 2017.
- BOITO JR., A.** O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 37, p. 173-181, 2013.
- BRAGA, R.** *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BREUER, S.** *Soviet Communism and Weberian Sociology*. *Journal of Historical Sociology*, London, v. 5, n. 3, p. 267-291, 1992.

BULHÕES, T. S. *Lula bem na foto: a construção da imagem pública e propaganda política do presidente nas fotografias de Ricardo Stuckert (2003-2010)*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Fundação Getúlio Vargas, 2019.

BURITY, J. *O lulismo é um populismo? Debates em torno ao povo, ao carisma e ao legado*. In: **MENDONÇA, D.; LINHARES, B. F.** *Teoria do discurso de Laclau e Mouffe: implicações teóricas e analíticas*. São Paulo: Intermeios, 2021.

BURKE, K.; BRINKERHOFF, M. B. Capturing Charisma: *Notes On An Elusive Concept*. Journal for the Scientific Study of Religion, Germantown, v. XX, n. 3, p. 274-284, 1981.

CAMPANTE, R. G. *O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira*. Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193.

CARDOSO, F. H. *A construção da democracia: estudos sobre política*. São Paulo: Siciliano, 1994.

CAVALLI, L. *Il capo carismatico: per una sociologia weberiana della leadership*. Bologna: Mulino, 1981.

CÉSAR, B. T. *PT, a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980-1991)*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CORRÊA, D. S. *Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006*. Opinião Pública, Campinas, v. 21, n. 3, p. 514-534, 2015.

COUTO, L.; SOARES, A.; LIVRAMENTO, B. *Presidencialismo de coalizão: conceito e aplicação*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 34, 2021.

DIAS, M. R. *Nas brumas do HGPE: a imagem partidária nas campanhas presidenciais brasileiras (1989 a 2010)*. Opinião Pública, Campinas, v. 19, n. 1, p. 198-219, 2013.

DOMINGUES, J. M. *O Brasil entre o passado e o futuro*. Conjuntura interna e inserção internacional. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Companhia das Letras, 2021.

FONSECA, P. C. D.; AREND, M.; GUERRERO, G. A. *Política econômica, instituições e classes sociais: os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 3, p. 779-809, 2020.

GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GAST, H. *Führung durch Kommunikation: Eine Übersicht über die Handlungsressourcen des Bundeskanzlers*. In: PATZELT, W. J.; SEBALDT, M.; KRANENPOHL, U. (eds.). *Res publica semper reformanda. Wissenschaft und politische Bildung im Dienste des Gemeinwohls*. Geburtstag: Verlag für Sozialwissenschaften, 2007.

GAST, H. *Wann und warum wirken Regierungschefs charismatisch? Eine Übertragung der Ergebnisse der interdisziplinären Charisma-Forschung mit arenenspezifischen Differenzierungen.* Zeitschrift für Politik, Jg. 55, H. 2, S. 147-174, 2008a.

GAST, H. *Bundeskanzler und Parteiführer – zwei Rollen im Konflikt? Parteiendemokratie, Parteivorsitz und politische Führung.* Zeitschrift für Parlamentsfragen, Jg. 39, H. 1, S. 42-60, 2008b.

GOMES, A. R.; CRUZ, J. *Abordagem carismática e transformacional: modelos conceituais e contributos para o exercício da liderança.* Psicologia USP, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 143-161, 2007.

GOMES, I. *As três imagens de Lula: os posicionamentos das revistas Carta Capital, Primeira Leitura e Veja nas eleições para Presidente em 2002.* São Bernardo do Campo. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

GOMES, N. D. *Posicionamento: o velho conceito publicitário dos anos 1960 e o novo Lula das eleições brasileiras de 2002.* Comunicação & Inovação, São Caetano do Sul, v. 4, n. 7, p. 35-44, 2003.

GUERRA, R. *Mudanças intraministeriais e gestão da coalizão: Brasil, de 1990 a 2014.* Opinião Pública, Campinas, v. 25, n. 3, p. 630-659, 2019.

HADDAD, F. *(Des)ilusões liberais: FHC, Lula e a ficção histórica de Marcos Lisboa.* Piauí, Rio de Janeiro, ano 11, n. 132, p. 28-32, 2017a.

HADDAD, F. *Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro.* Piauí, Rio de Janeiro, ano 11, n. 129, p. 28-37, 2017b.

HATSCHER, C. R. *Charisma und Res Publica: Max Weber Herrschaftssoziologie und die Römische Republik.* Stuttgart: F. Steiner, 2020.

KECK, M. E. *PT, a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

LAUREANO, R. *A dominação carismática em regimes democráticos.* Política & Sociedade, Florianópolis, v. 19, n. 45, p. 178-204, 2020.

LEPSIUS, M. R. *Das Modell charismatischer Herrschaft und seine Anwendbarkeit auf den "Führerstaat" Adolf Hitlers.* In: LEPSIUS, M. R. *Demokratie in Deutschland.* Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.

LICHTBLAU, K. *Vergemeinschaftung und Vergesellschaftung bei Max Weber.* Zeitschrift für Soziologie, v. 29, n. 6, p. 423-443, 2000.

LÜCHMANN, L.; ROMÃO, W.; BORBA, J. *30 Years of Participatory Budgeting in Brazil: The Lessons Learned.* In: DIAS, N. (ed.). *Hope for Democracy. 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide.* Vila Ruiva: Epopeiarecord, 2018.

MARTINS, J. S. *Lula reaviva sebastianismo, diz sociólogo José de Souza Martins.* Folha de S. Paulo, 3 nov. 2002.

MARTINS, J. S. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder.* São Paulo: Contexto, 2016.

MASCARENHAS, F.; SILVA, S. R.; SANTOS, M. R. *Lulismo e futebol: os discursos de um torcedor presidente*. Movimento, Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 495-517, 2014.

MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MERQUIOR, J. G. *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1990.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB, 1982.

MORAIS, F. *Lula: biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MOREIRA, M. S. *A esquerda dividida: os governos Lula e Dilma no pensamento político brasileiro*. Dados, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 1-32, 2023.

MUSACCHIO, A.; LAZZARINI, S. G. *Reinventing State Capitalism: Leviathan in Business, Brazil and Beyond*. Cambridge: Harvard University, 2014.

NOBRE, M. *Imobilismo em movimento. Da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid: Alianza, 1990.

PAPPAS, T. S. *Political Charisma Revisited and Reclaimed for Political Science*. Working Paper. Florence: European University Institute, 2012. Disponível em: https://www.concepts-methods.org/Files/WorkingPaper/PC_56_Pappas.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

PARSONS, T. *The Social System*. London: Routledge, 1991.

PAVEZ, T. “Povo das armas” versus “Povo do Bolsa Família”: imaginário e voto popular em 2018. Opinião Pública, Campinas, v. 29, n. 2, p. 327-362, 2023.

PENTEADO, C. L. C. *O show da estrela: estudo da campanha presidencial do PT em 2002*. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

PERLATTO, F. *Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o Brasil contemporâneo*. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 15, n. 1, p. 256-272, 2015.

PERRUSO, M. A. *O lulismo e a reabilitação do populismo*. Lugar Comum, n. 64, p. 43-72, 2020.

PIMENTEL JR., J. T. P. *Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006*. Opinião Pública, Campinas, v. 16, n. 2, p. 516-541, 2010.

REGATIERI, R. P. *Patrimonialismo: o debate brasileiro e alguns elementos para sua crítica*. Revista Brasileira de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 204-227, 2021.

REHMANN, J. *Max Weber: Modernisation as Passive Revolution: A Gramscian Analysis*. Leiden: Brill, 2014.

RENNÓ, L.; SILVA, T. M. *Perdendo o fio da meada: ambiguidades e contradições na teoria do realinhamento*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 77, p. 5-23, 2014.

RIBEIRO, P. J. F. *O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema*. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 45-70, 2003.

RIBEIRO, P. J. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, 2008.

RICCI, R. *Lulismo: três discursos e um estilo*. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 15-16, p. 171-183, 2005.

RICCI, R. *Lulismo: mais que um governo*. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. 10, n. 115, p. 141-144, 2010a.

RICCI, R. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010b.

RICCI, P.; IZUMI, M.; MOREIRA, D. *O populismo no Brasil (1985-2019). Um velho conceito a partir de uma nova abordagem*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 36, n. 107, 2021.

ROCHA, C. *Petismo e lulismo na periferia de São Paulo: uma abordagem qualitativa*. Opinião Pública, Campinas, v. 24, n. 1, pp. 29-52, 2018.

ROCHA, D. *Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política de internacionalização de empresas privadas no governo Lula*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 22, n. 51, p. 77-96, 2014.

ROMÃO, W.; MONTAMBEAULT, F.; LOUAULT, F. *Instituições participativas sob a égide do lulismo*. Caderno CRH, Salvador, v. 33, 2020.

ROSANVALLON, P. *O século do populismo: história, teoria e crítica*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2021.

ROSE-AKERMANN, S.; MATTOS PIMENTA, R. *Corruption in Brazil: Beyond the Criminal Law*. In: LAGUNES, P.; SVEJNAR, J. (eds.). *Corruption and the Lava Jato Scandal in Latin America*. London: Routledge, 2020.

ROSENFELD, D. L. *PT na encruzilhada: social-democracia, demagogia ou revolução?* Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

RUBIM, A. A. C. *Cultura, política e mídia na Bahia contemporânea*. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 93-117, 2003.

RUBIM, A. A. C.; COLLING, L. *Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005.

SALLUM JR., B.; GOULART, J. *O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, n. 60, p. 115-135, 2016.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. *Lulismo, Petismo, and the Future of Brazilian Politics*. Journal of Politics in Latin America, London, v. 6, n. 3, p. 129-158, 2014.

SANTOS, M. H. C. *Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil pós-Constituinte*. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 335-376, 1997.

SCHWEITZER, A. *Theory and Political Charisma*. Comparative Studies in Society and History, Cambridge (UK), v. XVI, n. 2, p. 150-181, 1974.

SECCO, L. *História do PT, 1978-2010*. São Paulo: Ateliê, 2011.

SELL, C. E. *Os dois conceitos de patrimonialismo em Max Weber: do modelo doméstico ao organizacional*. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 315-340, 2017.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPINRAD, W. *A Blighted Concept and an Alternative Formula*. Political Science Quarterly, Oxford, v. CVI, n. 2, p. 295-311, 1991.

TAVARES, J. A. G. *Totalitarismo tardio: o caso do PT*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. *A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, p. 909-941, 2012.

VALARINI, E.; POHLMANN, M. *Organizational Crime and Corruption in Brazil: A Case Study of the “Operation Carwash” Court Records*. International Journal of Law, Crime and Justice, v. 59, p. 100-340, 2019.

VALARINI, E.; POHLMANN, M.; MITRA, S. (eds.). *Political Corruption and Organizational Crime*. The Grey Fringes of Democracy and the Private Economy. Berlin: Springer Nature, 2021.

VALIM, P. *Lulismo ou lulismos?* Códas, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-24, 2020.

VALLE, U. *Sádicos e Masoquistas: uma interpretação do Brasil à luz de Gilberto*. Freyre. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

VELOSO, F. A.; VILELLA, A.; GIAMBIAGI, F. *Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, 2008.

VILLA, M. A. *Década perdida: dez anos de PT no poder*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

WEBER, M. *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen: Konfuzianismus und Taoismus; Schriften 1915-1920.* In: **SCHMIDT-GLINTZER, H.** (ed.). Max Weber Gesamtausgabe I-19. Tübingen: Mohr, 1991.

WEBER, M. *Wissenschaft als Beruf 1917/1919. Politik als Beruf 1919.* In: **MOMMSEN, W. J.; SCHLUCHTER, W.; MORGENBROD, B.** (eds.). Max Weber Gesamtausgabe I-17. Tübingen: M. Siebeck, 1992.

WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft. Herrschaft.* In: **HANKE, E.; KROLL, T.** (eds.). Max Weber Gesamtausgabe I-22-4. Tübingen: M. Siebeck, 2005.

WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie. Unvollendet.* 1919-1920. In: **BORCHARDT, K.; HANKE, E.; SCHLUSCHTER, W.** (eds.). Max Weber Gesamtausgabe I-23. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.

WERNECK VIANNA, L. *Weber e a interpretação do Brasil.* Novos Estudos, São Paulo, v. 53, p. 33-47, 1999.

WERNECK VIANNA, L. *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

Recebido em 01/02/2024
Aceito em 08/08/2024
Versão final em 02/05/2025
Publicado em 25/03/2026

LULISM AS A FORM OF CHARISMATIC DOMINATION

Abstract

Drawing on Max Weber's sociology of charismatic domination, this article examines "Lulism" as a multi-dimensional encompassing (a) leadership, (b) movement, and (c) regime. In the electoral sphere, Lulism operates as a form of charismatic mass leadership that symbolizes the possibility of overcoming material deprivation among popular sectors. Within the intra-party sphere, it functions as mode of organizational leadership that provides cohesion and collective identity, endowing to the Workers' Party (PT), alongside its bureaucratic profile, with features both a charismatic party and a movement party.. At the level of state, Lulism gave rise to a regime characterized by a charismatic-paternalistic style during Lula's first presidencies (2003–2010) and, in elective affinity with this pattern, by patrimonial practices in the management of socio-economic policies and the construction of governance arrangements.

Keywords: Lula; Lulism; Petism; Charisma; Workers' Party.